O COMPLEXO DE ASSENTAMENTOS LINDOESTE/SUDOESTE, SÃO FÉLIX DO XINGU/PA

COMPLEJO DE ASENTAMIENTOS LINDOESTE/SUDOESTE, SÃO FÉLIX DO XINGU/PA

Marcelo Fernando Terence[1]

Resumo

Neste texto, feito a partir de um relatório sobre a situação encontrada no complexo de assentamentos Lindoeste e Sudoeste durante um trabalho realizado por técnicos do INCRA em assentamentos no município de São Félix do Xingu, tenta-se expor brevemente as difíceis condições de vida ali existentes e a deficiência ou omissão do Estado Brasileiro em assistir de maneira eficiente tal população. Também é destaque nesse relatório um problema que não vem sendo enfrentado devidamente pela política nacional de reforma agrária: a alta rotatividade entre os assentados e a venda total ou parcial dos lotes destinados à reforma agrária. O complexo de assentamentos Lindoeste e Sudoeste é formado por diversos assentamentos federais criados pelo INCRA e habitado por um número aproximado de 15.000 pessoas.

Palavras-chave: Reforma Agrária, Assentamentos, papel do Estado.

Resumen

En este texto, a partir de un informe sobre la situación en el complejo de asentamientos Lindoeste y Sudoeste durante un trabajo realizado por los técnicos del INCRA en asentamientos en el municipio de Sao Félix Xingu, intenta explicar brevemente las condiciones de vida difíciles que existen y la deficiencia u omisión del Estado para ayudar eficazmente a esas personas. Es también presentado en este informe un problema que no se trata adecuadamente por la política nacional para la reforma agraria: la alta rotación entre los colonos y la venta de todo o parte de los lotes destinados a la reforma agraria. El complejo asentamientos de Lindoeste

1 Historiador pela Universidade de São Paulo e mestrando em Geografia Humana FFLCH – USP .

y Sudoeste se compone de varios asentamientos federales creado por el INCRA y habitada por un número de aproximadamente 15.000 personas.

Palabras: reforma agraria, asentamientos, funcion del Estado.

Introdução[2]

O texto que segue é resultado de algumas observações realizadas durante um levantamento ocupacional que a Superintendência Regional do INCRA de Marabá fez em vários assentamentos de sua jurisdição. Nessa etapa ocorrida em São Félix do Xingu, tive a oportunidade de participar dos trabalhos e perceber tanto a precariedade dos serviços públicos quanto o descompasso entre as normas legais e as estratégias de existência e de resistência dos assentados. Apesar de não fazer parte de minha pesquisa de mestrado sobre o Projeto de Assentamento Canarana, situado no município de Conceição do Araguaia, este texto sobre os assentamentos está incluído neste texto, originado de meu relatório de qualificação por ter ajudado bastante em algumas reflexões sobre processos sociais semelhantes aos que ocorrem em assentamentos de outras regiões, inclusive no PA Canarana.

A precariedade do acesso e os preços absurdos das mercadorias

À 180 quilômetros do asfalto, da "rua", como dizem as pessoas da roça daqui, as vilas Lindoeste e Sudoeste, estão, no mínimo, a seis horas de viagem da cidade mais próxima, na melhor das hipóteses, em tempos de verão sem chuva.. Nessa época que se resume aos meses de junho a outubro, os carros conseguem andar. Aqueles que dependem de motos – a grande maioria dos que ali vivem - têm que se acostumar, nesse período de seca, com a poeira sem fim

2 Pude participar desse trabalho como técnico do INCRA lotado na Unidade Avançada de Conceição do Araguaia e também como mestrando do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo e assim, durante esse trabalho, refletir sobre algumas questões que venho discutindo no meu trabalho de mestrado sobre o Projeto de Assentamento Canarana e sobre a reforma agrária de maneira geral no município de Conceição do Araguaia.

em seus rostos. Como não há a menor fiscalização e nem faria sentido haver, pré-adolescentes andam de moto sem o menor constrangimento. Crianças de 11 ou 12 anos de idade já são consideradas aptas a dirigir motos cotidianamente para realizar tarefas simples da rotina das atividades familiares. A entrega de leite ou as compras no comércio na vila são facilitadas pelo meio de locomoção ágil, rápido e econômico que propicia a condução em duas rodas. No entanto, as péssimas condições das estradas, a poeira do verão e a lama do inverno amazônico conduzem a uma enorme quantidade de acidentes e mesmo mortes de simples crianças erguidas à condição de pilotos de "moto-cross".

No "inverno", período de chuvas intensas mais do que de frio, a vila passa por uma condição de caos. Muitos dos produtos consumidos por preços exorbitantes só podem chegar por pequenos aviões que descem em pista de terra. No caso, vale a lei de mercado mais crua e a escassez faz um litro de gasolina chegar a custar R$ 15,00, mesmo preço que atinge um pacote de arroz de 5 quilos.

Esse é o contexto de acesso para o local onde vivem mais de 15.000 pessoas espalhadas em uma área de milhares de hectares circundadas por dezenas de grileiros de terras públicas. Muitos dos assentamentos criados nessa região nasceram da ocupação dessas terras griladas. Só o sr. "Luis Pires", identificado pelos assentados como um grande "laranja" do senador José Sarney, teria "perdido" por volta de 90.000 ha para esses ocupantes.

A criação dos assentamentos do Complexo Sudoeste-Lindoeste

Essa região foi incorporada pelo Estado depois de ser ocupada pelos "posseiros". Terras devolutas griladas por diversos "fazendeiros" foram ocupadas por centenas de posseiros andarilhos. São dezenas de histórias de pessoas que passaram 15, 20 dias cobrindo a distância de Tucumã às referidas vilas, a forma mais comum de chegada à região, jornada feita nos dias de hoje em mais de 6 horas por "pick-ups" modernas. Foram garimpeiros, assentados de outras localidades, camponeses expulsos de suas terras em regiões mais valorizadas, enfim, os "colonos" como aqui são chamados e que aqui chegaram a pé, que povoaram primeiramente a região. Em lugares como Tucumã, Cumaru do Norte e outros, também no sul do Pará, o INCRA e, na sua época, o GETAT, comumente utilizou a

estratégia de retirar lavradores de regiões conflitivas e mais valorizadas, como Conceição do Araguaia, para criar assentamentos em regiões não disputadas. Aqui, ao que conste, não foi um erro do INCRA, pois a própria população, atraída pelo garimpo ou pela possibilidade de possuir um pedaço de chão tomou posse da terra. Aí sim chegou o Estado, legalizando a ocupação, criando os assentamentos Lindoeste, Sudoeste, Arapari, Rio Negro, Rio Cinza, Rio Pará e Antares. que, somados, formam o chamado complexo Sudoeste-Lindoeste.

A ocupação intensa nos anos 1990 e 2000 deu origem às duas grandes vilas: Sudoeste e Lindoeste. Esta segunda nascida, na verdade, de uma parte dos assentados do assentamento Sudoeste que estava ocupando uma área indígena. A "desintrusão" da área indígena levou à necessidade de se criar a vila Lindoeste, dando origem inclusive a uma certa rivalidade entre os dois vilarejos, posto que a Lindoeste cresceu mais rapidamente,e até, por ter sido planejada, tem suas ruas mais organizadas e já possui hoje a condição de distrito, passo necessário para a tentativa de elevarem o local à condição de município, o que já vem sendo pleiteado.

A ausência do Estado – Não há serviços públicos por aqui

Nasceu e se desenvolveu assim toda uma população marcada pela falta de acesso em relação a diversos serviços públicos ou privados básicos. Aqui não há médico nenhum no posto de saúde local (para atender mais de 15 mil pessoas), apenas uma enfermeira faz o atendimento, na vila Sudoeste. Em Lindoeste, o socorro é uma pequena farmácia, cujo dono obviamente é apenas um prático e não farmacêutico. Quando alguém se acidenta com moto, enfarta, tem AVC, seja lá o que for, é para essa farmácia que é levado enquanto tentam acionar um avião para fazer o socorro ao custo de R$ 1200,00 a viagem até Tucumã. Para o camponês local resta a alternativa: ou assiste, impotente, um ente próximo falecer ou vende seu gado comprado com o crédito do PRONAF para realizar a viagem aérea. Na minha passagem de 40 dias no local um menino de 14 anos caiu da moto que dirigia, bateu o peito em um pedaço de pau e veio a falecer nessa farmácia aguardando socorro. A dona da farmácia diz já ter se acostumado a ver pessoas morrendo em seu quartinho de fundo à espera de um socorro mais efe-

tivo. Também nessa "farmácia-hospital" o mercado expõe sua face mais cruel: uma "internação" no quartinho do fundo do estabelecimento chega a custar R$ 400,00 a diária.

Em outro caso acompanhado de perto por servidores do INCRA, um garoto de 10 anos, que havia apresentado alguns caroços no corpo dias antes, faleceu após receber socorro – quem sabe até apressando sua morte - em uma dessas farmácias e, como havia chovido muito nos dias anteriores, não havia como carregar o pequeno corpo nos carros disponíveis. O carro do INCRA serviu então de carro funerário, pick-up traçada, 4x4, era o único veículo capaz de conduzir o pequeno caixão rústico ao seu destino final. A situação, descrita pelo colega de trabalho que dirigia o carro, foi lamentável. Os parentes e amigos tiveram que entrar em um córrego para segurar os "paus" que formavam a pinguela para o carro passar por cima. Feita a travessia, ao chegarem no pequeno cemitério, a cova estava completamente alagada e os mesmos cidadãos tiveram que esvaziar com latas o sepulcro da criança, trabalho demorado e de uma espera, penso eu, insuportável, para quem, como parente do pequeno morto, já carregava em si uma dor sem tamanho. Quem está acostumado a pensar sempre em um socorro médico próximo não pode deixar de sentir-se inseguro com essa situação. O pensamento de que algo possa ocorrer, um acidente, um mal súbito, ou qualquer outra situação inesperada, ronda e, de forma latente, percorre a mente continuamente. Mais esse é o cotidiano de quem vive ali.

Outro exemplo das dificuldades de acesso da localidade: a Igreja Católica só tem a presença de um padre, vindo de Tucumã, apenas de 90 em 90 dias. Do mesmo modo, também não há polícia nem delegacia na vila Lindoeste. Os litígios entre as pessoas e os crimes têm que ser solucionados por meio dos próprios cidadãos e vale a lei do mais forte. Na vila Sudoeste, que dista 23 km da Lindoeste, há uma pequena guarnição da Polícia Militar do Pará. Ali a autoridade máxima é um sargento de nome "Alfredo". Autoritário, corrupto, violento, matador, são alguns dos adjetivos lembrados pelos habitantes para qualificar o trabalho do soldado que representa a autoridade policial local.

A demora na regularização da área das Vilas, que ainda são território federal, é pretexto para a ausência de maiores investimentos por parte dos órgãos

municipais e estaduais. Segundo um representante distrital da Prefeitura de São Félix do Xingu, o governo do estado do Pará recusa-se a implantar delegacia e hospital com esse argumento.

Mas não deve se falar só de situações extremas para expor as carências dessa localidade. Como é a vida dessa gente em relação a demandas simples, como receber correspondências ou pagar contas? Simplesmente não há serviço de correio nem bancário em todo o complexo Lindoeste-Sudoeste. Quem tem necessidade de receber uma aposentadoria, depositar dinheiro, pagar uma conta, tem que se deslocar até Tucumã e pagar uma passagem de R$ 60,00 de ida somado ao mesmo montante na volta, além de se estragar no ônibus da Viação "Topa-Tudo" (foto 1). Internet também não há, simplesmente, não funciona. Telefonia móvel também não. Os telefones fixos são poucos e funcionam precariamente. Ainda há "postos telefônicos" que cobram a ligação por minuto. R$ 1,00 para números fixos e R$ 2,00 para telefones celulares.

Com certeza, pelo alto custo dos deslocamentos entre esses assentamentos e a cidade mais próxima, quase não encontrei nenhum beneficiário do programa bolsa-família, fato muito comum em assentamentos do INCRA mais próximos da "rua", de pequenos centros urbanos do interior do Brasil. Simplesmente, o valor do benefício não abona o custo da viagem.



Foto 1: Nome da viação traduz bem a dificuldade do trajeto. Autor: Aguinaldo Santos setembro/2011

Não falemos em escritórios da Previdência Social, do INCRA ou bancos estatais – nem privados, claro – tão zelosos pelo seu apelo social: todos esses serviços só podem ser feitos em Tucumã ou São Félix do Xingu. Sete, dez horas pela Viação "Topa-Tudo" leva o deslocamento para obter uma simples declara-

ção do INCRA para servir como comprovante para pedido de aposentadoria junto ao INSS.. Mas isso, se tudo correr bem. Uma professora de ensino médio, de um curso modular de sociologia e filosofia financiado pelo governo do Estado do Pará, contou ter dormido uma noite no ônibus com o mesmo parado na estrada, pois havia chovido e os faróis do coletivo não funcionavam, inviabilizando totalmente a continuidade da viagem.

É urgente a descentralização de tais serviços trazendo-os para perto de quem necessita de atendimento.

"Cadê as mulheres?"

Há que se relatar também a ausência mais sentida e reclamada, que é motivo de brincadeiras entre os próprios moradores: é impressionante o número de homens que vivem sozinhos, os "cutiões", como eles chamam por ali. Na maioria dos casos, os casais ocupavam um pedaço de terra, mas muitas das mulheres permanecem pouco tempo. A busca de melhores condições para os filhos, principalmente em relação aos estudos, a busca de empregos e vários casos de depressão que, apesar de também ocorrer nos homens, o grande número de mulheres com este problema foi apontado pelos moradores como uma das grandes causas da "saída" das mulheres da região.

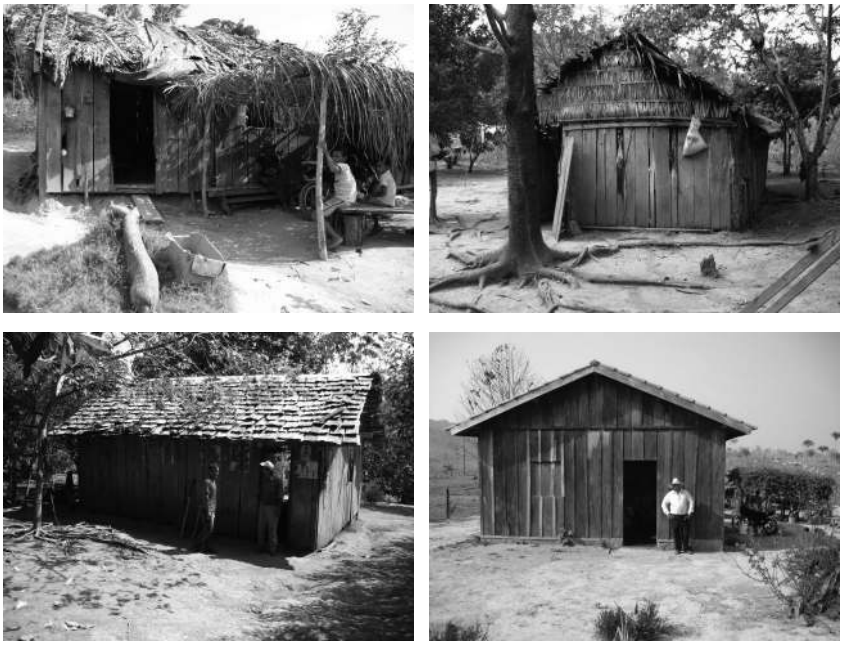
Os problemas dos assentamentos do INCRA

E o que pode ser dito sobre os assentamentos "criados" e "beneficiados" pelo INCRA?

Se o serviço do órgão fundiário fosse perfeito, todas as dificuldades apontadas acima, que para sua solução não dependem exclusivamente desta autarquia, já seriam mais que suficientes para apontar o descaso do aparelho estatal em relação a essas milhares de pessoas que aqui vivem. (Desculpem a insistência, mas é preciso frisar esse dado: não se trata de um lugar ermo. Milhares de pessoas vivem nestas condições sumariamente descritas nesse texto). Mas dentro das atribuições exclusivas do órgão fundiário federal também há problemas bastante sérios.

Um dos problemas que mais aparecem nas conversas com os ocupantes de lotes dos referidos assentamentos diz respeito à aplicação da verba do Programa

de Crédito Instalação, seja na modalidade Aquisição de Materiais de Construção ou Apoio Inicial, destinados respectivamente para a construção e reforma das casas e para a obtenção de bens alimentícios e de pequenas ferramentas para o trabalho. Mesmo sem entrar em denúncias feitas em profusão quanto ao desvio de verbas do crédito PRONAF ou do Crédito Instalação, é preciso constatar a precária aplicação de tais recursos e a não garantia de um direito básico como a habitação. Não existe uma casa decente nesses assentamentos. Trabalhei por um ano e meio no setor de crédito do INCRA de Conceição do Araguaia e os problemas e deficiências do Programa de Crédito Instalação, que também existem, não são comparáveis aos que existem no complexo Lindoeste-Sudoeste. Quase não existem casas de alvenaria, apenas casas mistas, com a fundação de alvenaria e as paredes de madeira, assim como as telhas feitas por pedaços de madeira, ou de "cavaco", como dizem (fotos 2, 3, 4 e 5).



Fotos 2,3,4 e 5: Precariedade das casas dos assentados indica problemas sérios na aplicação do programa de Crédito Instalação do INCRA. Autor: Aguinaldo Santos.

A reclamação em relação aos presidentes de associação e aos funcionários do INCRA é geral quanto a esse assunto. A conversa corrente é que presidentes

de associação cobram R$ 450,00 para providenciarem a liberação dos créditos. E, segundo informações colhidas, uma boa parte das casas foi e tem sido "empreitada" pelo irmão de um ex-chefe da Unidade Avançada do INCRA de São Félix do Xingu. Por diversas vezes fui abordado por assentados, seja no trabalho de campo ou no escritório provisório ali montado, reclamando possuírem "dívidas" do crédito do INCRA para aquisição de materiais e nunca terem recebido o benefício.

Se a aplicação desse crédito para a habitação, que até funciona razoavelmente em outros municípios, encontra-se nesse estado, não seriam os serviços para a orientação da produção e da comercialização que iriam aqui se destacar, já que praticamente não existem em nenhum assentamento da região sul e sudeste do Pará.

Sem incentivo e indução por parte do Estado, a diversificação da produção – importante para a produção camponesa ser sustentável - fica inviabilizada porque apenas dois produtos têm aceitação pelo mercado local: o gado - que também aqui, como em quase todo sul do Pará, aparece soberano dominando as florestas desmatadas – e o cacau, que vem despontando nos últimos anos, especificamente nessa localidade, como uma alternativa para as famílias locais obterem renda. No caso do cacau, existe uma cooperativa no município de Tucumã que providencia a compra nos assentamentos, pagando em torno de R$3,50 a R$5,00 o quilo, dependendo do momento da safra. Encontramos milhares de pés desse fruto sendo cultivados nos assentamentos do complexo Sudoeste-Lindoeste.

O gado tem uma rentabilidade enorme durante alguns anos, principalmente em terras "formadas" recentemente (fotos 6, 7, 8 e 9), de desmatamento de poucos anos passados, como é o caso da região aqui descrita. Até porque os assentamentos citados são cercados por fazendas de gado (fazenda Califórnia, fazenda Prosperidade, fazenda Riqueza), facilitando assim a criação de mecanismos de mercado para o escoamento da produção, seja de bezerros, leite ou gado em "pé". Não por acaso o único trânsito encontrado na estrada Lindoeste--Tucumã, com a exceção das motos, claro, são caminhões transportando gado bovino.

Mas, para quem conhece assentamentos mais antigos, sabe-se que isso dura pouco. Os pastos logo se desgastam, a "juquira" costuma se apossar dos

mesmos e os camponeses dificilmente possuem recursos para a reforma destas pastagens. Nos assentamentos mais antigos de outras regiões do sul do Pará quem ainda aposta no gado está vivendo no limite da miséria e a aposentadoria e/ou o Bolsa-família é que pagam as contas da casa.



Fotos 6,7,8 e 9: Queimadas, pastos, currais e gado são imagens frequentes nessa região recentemente ocupada.

Motivação e objetivos do levantamento ocupacional

A superintendência do INCRA do Sul e Sudeste do Pará, que abrange trinta e nove municípios e uma extensão de 32 milhões de hectares, é nacionalmente conhecida pela sua atual incapacidade operacional de gerir seus quinhentos assentamentos criados nas últimas três décadas. O número de funcionários e os recursos insuficientes (tais como carros em condições para as viagens, recursos financeiros para o pagamento de diárias para os servidores, etc.) levam a uma

crônica deficiência no acompanhamento do uso que se faz das terras destinadas para o Plano Nacional de Reforma Agrária. Assim, a compra e venda de lotes de assentamentos sem a anuência do órgão fundiário, não obstante o que prega a norma legal, tem sido regra nos assentamentos sob a jurisdição dessa regional do INCRA. Muitas vezes são tomadas providências, inclusive para evitar conflitos pela posse de terras dentro do assentamento, mas apenas depois que lotes concentrados irregularmente são ocupados por outras famílias camponesas[3].

As flagrantes irregularidades levaram o INCRA, em nível nacional, a apoiar financeiramente operações de Levantamento Ocupacional formuladas por diversas Superintendências Regionais de todo Brasil. A Superintendência Regional do sul e sudeste do Pará planejou realizar o levantamento ocupacional em um total aproximado de 20.000 lotes (dos quase 70.000 lotes que possui sob sua jurisdição), os quais foram escolhidos na tentativa de contemplar tanto assentamentos próximos de sua sede, no município de Marabá, quanto assentamentos mais próximos às suas quatro Unidades Avançadas: São Félix do Xingu, São Geraldo do Araguaia, Tucuruí e Conceição do Araguaia. A Unidade Avançada de São Félix do Xingu foi a escolhida para dar início à operação e um dos itens primordiais da operação foi a escolha dos assentamentos a serem vistoriados. Nesse ponto parece ter ocorrido um erro comum entre os administradores: apenas o chefe da Unidade Avançada e mais alguns técnicos do INCRA foram consultados. Não houve participação de associações de trabalhadores rurais, sindicatos ou outros movimentos sociais. Daí, conforme veremos através dos dados obtidos, o resultado não ter sido exatamente o esperado.

Pôde-se obter dados do levantamento ocupacional de 5 dos 7 assentamentos fiscalizados ou de 1082 lotes. Temos abaixo (gráfico 1) a porcentagem de lotes considerados ocupados regular e irregularmente, a partir do marco normativo sobre a posse e a destinação de lotes da reforma agrária. A princípio, portanto, um tiro certeiro. A operação teria começado por uma região com alto

3 A morte do casal de lideranças no Projeto de Assentamento Agro-Extrativista Praia Alta Piranheira no ano de 2011 ocorreu justamente porque muitos lotes estavam sendo destinados para empreendimentos de caráter capitalista, principalmente ligado à extração de madeira.

índice de ocupações irregulares, sujeitas a atos administrativos e judiciais por parte do órgão fundiário para a retomada das terras.

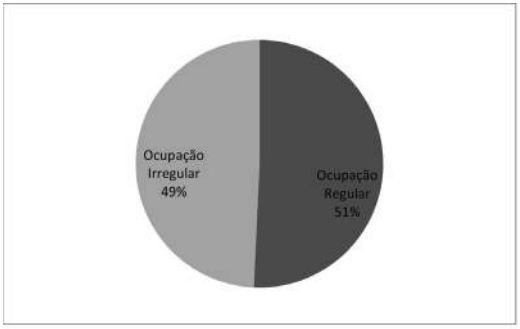


Gráfico 1. Lotes Regulares e Irregulares nos PAs Sudoeste, Lindoeste, Rio Pará, Rio Cinza e Antares, no município de São Félix do Xingu. Fonte: INCRA (SR27), Levantamento Ocupacional 2011. Org: Marcelo Terence

No entanto, quando nos detemos sobre a classificação desses lotes irregulares, feita pelo próprio INCRA, constatamos que não foi encontrado um grande número de reconcentrações de terras ou a posse por capitalistas, como se supunha.

O gráfico 2, composto apenas pelas ocupações irregulares divididas em diversas modalidades, aponta que, na verdade, a reconcentração de lotes não foi a irregularidade mais encontrada. Em primeiro lugar encontra-se as ocupações chamadas oficialmente de "Ocupantes Irregulares com Perfil de Cliente de Reforma Agrária", que seriam basicamente famílias camponesas que adquiriram lotes dos ocupantes anteriores, mas que ainda não foram cadastradas pelo INCRA. A segunda irregularidade mais frequente é o "desmembramento de parcela", que significa que um assentado vendeu parte de seu lote para obter alguma renda e, a partir de então, um lote oficial, com demarcação oficial, passa a possuir dois ocupantes. Do ponto de vista da norma oficial do órgão fundiário, além de desrespeitar um suposto estudo técnico para a viabilidade econômica que determinou o tamanho dos lotes, essa situação também emperra o processo de titulação dada a impossibilidade legal de se criar dois títulos para cada parcela demarcada oficialmente. A ação que seria para retomar lotes das mãos de

concentradores de terras e assim criar vagas dentro dos assentamentos gerou um efeito contrário: se o trabalho for levado a termo nesses lotes "divididos" ao menos uma família teria que ser remanejada para outro lote, criando assim uma demanda importante por lotes da reforma agrária.

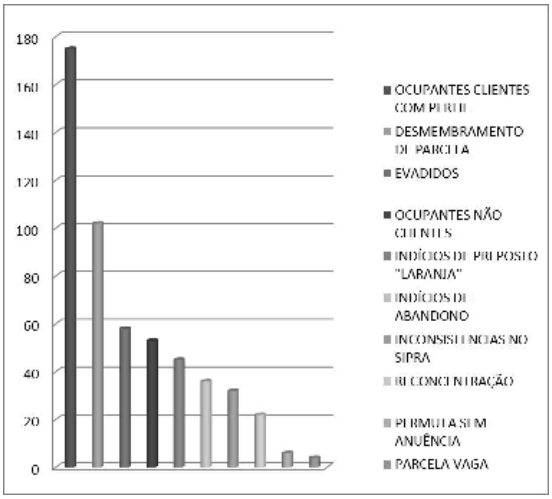


Gráfico 2. Modalidades de irregularidades encontradas no Levantamento Ocupacional no ano de 2011 - INCRA (SR/27) – Município de São Félix do Xingu. Fonte: INCRA (SR/27). Org. Marcelo Terence - EXPLICAR

Pode-se perguntar: como funcionários da região de São Félix do Xingu, que devem conhecer razoavelmente os assentamentos próximos, não souberam indicar aqueles que mais possuíam reconcentrações? Até porque os assentamentos com mais problemas de concentração de lotes são justamente os mais próximos das cidades, de mais fácil acesso, portanto, mais valorizados e aptos a fornecerem maior renda da terra aos seus ocupantes. No campo das especulações não é absurdo pensar em pressões locais para que tais assentamentos não fossem indicados, posto que é sabido que muitos desses indivíduos que compram lotes irregularmente dentro de assentamentos são vereadores, prefeitos, profissionais liberais e comerciantes, sempre relativamente influentes em seus municípios.

Descompassos e contradições entre lógica camponesa de apropriação da terra e os marcos legais do Programa Nacional de Reforma Agrária

Para a reflexão que tenho feito no meu trabalho de mestrado sobre a dissonância e por vezes os conflitos entre lógica estatal e lógica camponesa de pensar a ocupação da terra, o mais importante é ter em mente a maneira como o INCRA, e para sermos justos teríamos que dizer o aparato legal, se propõe a lidar com essas irregularidades.

Aquelas pessoas que vivem em lotes desmembrados foram notificadas e terão um período de 30 dias para exporem seus motivos. Como na maioria dos casos o que houve foi uma operação de compra e venda de parte do lote – situação nada incomum em uma localidade que apresenta tais dificuldades para a sobrevivência - ambos, compradores e vendedores, deverão ser citados judicialmente pela Procuradoria Federal Especializada (PFE) do INCRA e será a justiça que irá tomar a decisão seja de despejar uma família das famílias, seja de remanejar a segunda ocupante para outro lote ou, dada a caracterização de crime pela compra e venda de patrimônio público, de despejar as duas famílias.

Também entre o que a norma legal e o INCRA identificam, de um lado, como "Ocupantes Não-Clientes da Reforma Agrária" e, de outro, a ocupação real do território pelas famílias camponesas, em que há uma enorme falta de entendimento. Famílias que tiveram de desistir de assentamentos anteriores, migrando para novos assentamentos e que passaram a viver e produzir nesses novos assentamentos por mais de cinco, dez anos, teriam que ser notificadas para darem explicações judiciais e correrem o risco de terem suas terras retomadas pelo fato de, no passado, terem vendido terra de assentamento? Na visão do INCRA, sim. Mas esse expediente tem se constituído em uma estratégia muito comum entre as famílias camponesas do sul do Pará. Muitas famílias assentadas em terras que se valorizam após a chegada de estradas, ou mesmo da "formação" das pastagens pelos próprios assentados, vendem essas terras e compram lotes de assentamentos ou participam de ocupações de fazendas mais distantes, de acesso mais precário, nos quais pagam um preço menor ou nada pagam quando de ocupações de fazendas, fato que lhes garante as condições financeiras necessárias para iniciarem lavouras de cacau ou a formação de pequenos rebanhos bovinos.

O ato da compra e venda de terras da reforma agrária é ilegal. Vender uma terra pública e ocupar área pública ou desapropriada ou mesmo comprar novo lote em assentamento pode beirar o imoralismo. Mas estamos falando de famílias que se estabeleceram nesses novos assentamentos e talvez só tenham conseguido essa estabilidade a partir dos recursos obtidos com o ato "ilegal" e "imoral" com os lotes. Seria o caso de se pedir o despejo dessas famílias? Do ponto de vista da normativa do INCRA tais ocupantes são ex-beneficiários do PNRA e, portanto, não podem ser novamente cadastrados.

Casos mais graves estão incluídos também entre os caracterizados como "Ocupantes Não-Clientes da Reforma Agrária", como é o caso de famílias que possuem um lote cadastrado no nome de um cônjuge e outro lote no nome do outro. Ou ainda com um casal dominando dois lotes mesmo sem estarem incluídos na Relação de Beneficiários (RB) do INCRA. Nesses casos também a ação do órgão fundiário é pela retomada de um dos lotes. Não há nenhuma flexibilidade, por exemplo, de se analisar o tamanho da força-de-trabalho disponível pelo casal e pelo restante do grupo familiar para disporem produtivamente daquela quantitadade de terra. Casal e filhos, sem a contratação permanente de força-de-trabalho assalariada, podem fornecer a força-de-trabalho necessária para trabalharem tal quantidade de terra? A rigidez do marco legal impede a realização de tal questionamento e trata de forma igual relações sociais com características absolutamente desiguais. O aumento da quantidade de terra por uma família em virtude do aumento da força-de-trabalho da mesma, ainda que por meio da compra de lotes vizinhos, talvez não devesse ser tratada da mesma forma que o aumento da quantidade de terra por uma família que começa a concentrar lotes e explorá-los de forma capitalista, com áreas muito além da sua capacidade de trabalho, só podendo ser produtivas mediante o emprego de trabalhadores assalariados.

Considerações finais

A ideia de um acompanhamento mais rigoroso do uso e da destinação dos lotes da reforma agrária só pode ser elogiada. A pressão do aquecido mercado de terras do sul do Pará também atinge as terras destinadas ao Programa Nacional

de Reforma Agrária e, além de outras medidas mais estruturais quanto às condições de produção e comercialização dos produtos dos assentamentos, tal monitoramento torna-se indispensável. Mas ele também tem apontado o quanto o marco legal que dispõe sobre o uso das terras de assentamentos não se coaduna com as estratégias de existência das famílias camponesas. Antes, visa a punição e transtorno a algumas estratégias tidas como legítimas por essa população assentada no sul do Pará.